



Ada Ávila Assunção^a
 <https://orcid.org/0000-0003-2123-0422>

Rose Elizabeth Cabral Barbosa^b
 <http://orcid.org/0000-0001-5383-0102>

Invisibilidade social do adoecimento de professores da educação básica no Brasil

The social invisibility of illness among elementary school teachers in Brazil

^a Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Faculdade de Medicina. Belo Horizonte, MG, Brasil.

^b Universidade Estadual de Montes Claros, Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde. Montes Claros, MG, Brasil.

Contato:

Ada Ávila Assunção
E-mail:

adavila@medicina.ufmg.br

Pesquisadores de diferentes localidades, linhagens teóricas e metodológicas produziram nas últimas décadas evidências consistentes sobre o adoecimento de professores, como atesta uma publicação¹ dos autores da Carta², que temos a honra de responder por este meio. Contudo, não se viram ações para solucionar o problema. Perguntam nossos colegas: quais exemplos ou sugestões de políticas podemos dar? Caberia aos pesquisadores unir forças para sugerir mudanças?

A ausência de programas concretos já foi atribuída a deficiências dos estudos, que seriam raramente preocupados em construir políticas³. Mas um estudo de caráter interdisciplinar avançou recentemente ao focalizar as políticas públicas nesse âmbito⁴. Em outra direção, atribuiu-se o problema ao silêncio social, sendo essa situação responsável por manter fora da agenda institucional a educação básica pública de qualidade⁵, que, por sua vez, é considerada articulada à proteção dos professores⁶. Argumentou-se também que o descaso com o direito à educação é coerente com o desinteresse em atender às necessidades das classes populares, bem como seria reflexo da desvalorização da profissão docente⁴.

Em uma perspectiva mais abrangente, identificamos vários conjuntos de fatores que concorrem para a invisibilidade social do adoecimento no trabalho, de maneira a explicar a posição periférica das políticas de saúde dos trabalhadores. Em primeiro lugar, a tolerância social permite aceitar que o corpo seja afetado, que os acidentes ocorram e que os sujeitos padeçam nos locais em que trabalham. Acidentes no motofrete, insuficiência cardiorrespiratória em razão da silicose, incapacidade provocada por problemas musculoesqueléticos, adoecimento mental no setor de teletendimento, para ser breve, persistem nas estatísticas oficiais⁷.

As mazelas e o sofrimento dos cidadãos, em segundo lugar, não são de pronto encarados pelos agentes públicos. Quanto menor a força de um grupo para “sensibilizar” o andar de cima, menor a chance de impulsionar a atenção daqueles que tomam decisões⁸. Seria esse o caso dos professores da educação básica?

Em terceiro lugar, a construção do sistema nacional de educação é um projeto não concluído, porque, entre outros, ainda não alcançou a união dos diferentes entes federativos, conforme postulado, para decidir sobre os serviços educacionais ofertados no território nacional. Vale lembrar que os princípios da política educacional brasileira foram definidos na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁹. O destaque para o espectro da valorização do trabalho docente e dos professores faz parte desses princípios. Há quase uma década, o aparato jurídico-legal regulamentou o piso salarial profissional nacional,

a carga horária destinada a tarefas extraclasse e a dedicação exclusiva a uma única escola, mas a garantia de acesso a esses direitos não está assegurada em todo o território nacional¹⁰.

A representação de uma profissão como missão feminina, em quarto lugar, tem a ver com o processo. As mulheres são identificadas pelo instinto maternal e pelas habilidades de cuidar das crianças¹¹. Nesse prisma, seriam mais afeitas às demandas da docência. Estereótipos de gênero desse tipo justificam também a desigualdade entre os sexos na distribuição das tarefas domésticas e dos cuidados com filhos e familiares. Sim, provavelmente os efeitos das condições de trabalho tenham sido agravados pela carga de trabalho doméstico e vice-versa. Vale destacar o caráter multidimensional dos problemas musculoesqueléticos¹². Além disso, a heterogeneidade dos métodos e do tipo de seleção das amostras é uma barreira reconhecida para comparar resultados. Nosso estudo¹² avaliou a prevalência de ausências ao trabalho em uma amostra probabilística, utilizando autorrelatos, enquanto grande parte dos estudos nessa seara são embasados em registros administrativos.

Quanto à desvalorização, é um fenômeno reconhecido que depende de uma complexa teia de relações na sociedade e no setor específico em que a profissão é exercida. Nesse processo, contam grau e tipo de especialização exigidos do profissional e rendimento por ele auferido¹³. Ora, a segregação ocupacional por sexo resulta na desqualificação das profissões claramente femininas com efeitos negativos sobre a remuneração e o prestígio social¹¹. O Brasil se destacou em 2021 entre aqueles que pior remuneraram seus professores¹⁴, os quais estão em última posição de prestígio social no ranqueamento entre países¹⁵.

A historiografia já confirmou que o acúmulo de conhecimentos não se mostrou suficiente para o Estado agir, apesar dos custos vultosos referentes a afastamento do trabalho, invalidez ou aposentadoria precoce relacionados aos riscos ocupacionais⁷. Divulgar nossos resultados e empreender projetos compartilhados, como sugerido², são estratégias necessárias para produzir políticas públicas de saúde ocupacional. Vale, contudo, destacar que, até aqui, os fatores acima mencionados confrontam o postulado da primazia das evidências científicas para garantir melhor saúde dos trabalhadores e trabalhadoras⁷.

Referências

1. Silva JP, Fischer FM. O perfil das publicações sobre condições de trabalho e saúde dos professores: um aporte para (re) pensar a literatura. *Saúde Soc* [Internet]. 2021 [citado em 15 fev 2024];30(4):e210070. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021210070>
2. Silva JP, Fischer FM, Reimberg CO. Trabalho e saúde dos professores no Brasil: uma publicação para ser destacada. *Rev Bras Saúde Ocup* [Internet]. 2024 [citado em 15 fev 2024];49:eдеpi20. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369/15223pt2024v49eдеpi20>
3. Cortez PA, Souza MVR, Amaral LO, Silva LCA. A saúde docente no trabalho: apontamentos a partir da literatura recente. *Cad Saúde Coletiva* [Internet]. 2017 [citado em 15 fev 2024];25(1):113-22. Disponível: <https://doi.org/10.1590/1414-462X201700010001>
4. Silva JP, Reimberg CO. Condições de trabalho e saúde dos professores no Brasil: caminhos e descaminhos das políticas públicas na avaliação de um grupo de pesquisadoras. São Paulo: Fundacentro; 2022.
5. Marques EP, Pelicioni MCF, Pereira IMTB. Educação Pública: falta de prioridade do poder público ou desinteresse da sociedade. *Rev Bras Crescimento Desenvol Hum* [Internet]. 2007 [citado em 15 fev 2024];17(3):8-20. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/19844/21917>
6. Oliveira DA, Assunção AA. Saúde e trabalho docente: articulação imprescindível (Apresentação). *Educ Soc* [Internet]. 2009 [citado em 15 fev 2024];30:107:343-8. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/MWXxdVMxYZQCwqkYxZQQPnM/?lang=pt&format=pdf>
7. Assunção AA. Invisibilidade social das doenças profissionais no Brasil (1919-2019). *Ciênc Saúde Colet* [Internet]. 2022 [citado em 15 fev 2024];27(4):1423-33. Disponível: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022274.03632021>
8. Henry E. *Ignorance scientifique & inaction publique*. Paris: Presses de Sciences Po; 2017.
9. Brasil. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [Internet]. Brasília (DF): Presidência da República; 1996 [citado em 15 fev 2024]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm
10. Brasil. Ministério da Educação, Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. *Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação* [Internet]. Brasília (DF): Ministério da Educação; 2014 [citado em 15 fev 2024]. Disponível em: https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf

11. Prá JR, Cegatti AC. Gênero, educação das mulheres e feminização do magistério no ensino básico. Retratos Escola [Internet]. 2016 [citado em 15 fev 2024];10(18):215-28. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v10i18.660>
12. Barbosa REC, Alcantara MA, Fonseca GC, Assunção AÁ. Afastamento do trabalho por distúrbios musculoesqueléticos entre os professores da educação básica no Brasil. Rev Bras Saúde Ocup [Internet]. 2023 [citado em 15 fev 2024];48:ede5. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369/18822pt2023v48ede5>
13. Silva OOND, Miranda TG, Bordas MAG. Condições de trabalho docente no Brasil: ensaio sobre a desvalorização na educação básica. J Pol Educ [Internet]. 2019 [citado em 15 fev 2024];13(39):63-73. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/jpe.v13i0.68301>
14. Organisation for Economic Co-operation and Development. Teachers' salaries (indicator) [Internet]. Paris: OECD; 2023 [citado em 15 fev 2024]. Disponível em: <https://data.oecd.org/education.htm>
15. Dolton P, Marcenaro O, De Vries R, She P-W. Global teacher status index 2018 [Internet]. London: Varkey Foundation; 2018 [citado em 15 fev 2024]. Disponível em: <https://www.varkeyfoundation.org/what-we-do/research/global-teacher-status-index-2018>

Recebido: 20/11/2023

Aprovado: 05/12/2023

Editor-Chefe:
Eduardo Algranti